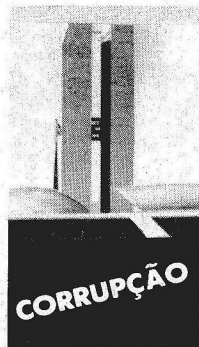


# Governo recorre ao TCU para saber como punir oito empreiteiras

Ana Araújo



A Secretaria de Administração Federal (SAF) consultará o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre que ações adotar para afastar das concorrências públicas as oito

empreiteiras que estão sob investigação da CPI do Orçamento — Tratec, Queiroz Galvão, OAS, Andrade Gutierrez, CBPO, Cowan, CR. Almeida e Servaz. Esta foi a promessa feita ontem pelo ministro-chefe da SAF, Romildo Canhim, ao deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que solicitou o afastamento das empresas a bem da moralidade administrativa. Ele descartou a possibilidade do governo legalmente declarar as empreiteiras sob suspeita inidôneas.

A consulta ao TCU, entretanto, só será feita depois que a CPI do Orçamento encaminhar à SAF informações mais detalhadas do envolvimento destas empreiteiras em ações irregulares com dinheiro público. Segundo explicou Canhim, “nunca foi feita uma declaração prévia de inidoneidade, não há base legal para isso e se tomássemos esta decisão sem ser irrepreensível argumentação legal, seríamos questionados na Justiça”. Por isso, segundo o ministro, “pedi ao deputado



Canhim descartou a Vivaldo a possibilidade de declarar as empreiteiras sob suspeitas inidôneas

Vivaldo Barbosa que faça gestões na CPI para que dados mais concretos nos sejam enviados”.

Para o deputado, os fatos já levantados pela CPI do Orçamento demonstram que as empreiteiras “praticaram atos de corrupção e por isso serão punidas no final das investigações”. Ele defende que, enquanto estas empresas não demonstrarem sua lisura, devem ficar afastadas das licitações até para resguardar a Administração pública.

No entendimento de Vivaldo Barbosa, a Administração Federal tem o arbítrio de considerar tais empresas inidôneas, em nome da moralidade pública.

Lembrou que as empreiteiras terão agora sua contabilidade devassada pela CPI do Orçamento, com a quebra dos sigilos bancário, fiscal e cambial, o que tornará evidente seu envolvimento no desvio dos recursos do orçamento federal.

Barbosa discorda do ministro Canhim e defende que não existem

apenas vestígios ou indícios de culpabilidade das empreiteiras. “Quebrar os sigilos bancário, fiscal e cambial atinge a espinha dorsal do sistema capitalista e esta decisão, tomada pela CPI na semana passada, deixa claro que já existem elementos convincentes da participação destas empresas no desvio do dinheiro público”, argumenta ele.

O deputado pretende enviar à SAF o mais rapidamente possível todas as informações levantadas pela CPI a respeito das empreiteiras.